



Na última quinta-feira (06), no auditório da Escola Nacional de Seguros em São Paulo, a Associação Internacional de Direito de Seguros (AIDA) reuniu especialistas do setor para discutir os aspectos da Nova Previdência e seu impacto na sociedade e no seguro.

A palestra de abertura foi de Wagner Balera, coordenador da Cátedra de Previdência Complementar Aberta da ANSP, que apresentou a questão social do século XXI: O envelhecimento. “A projeção é que até a metade do século um terço da população mundial será constituída de idosos. O problema desse fato é que esse volume de pessoas terá dispêndios de grande envergadura, principalmente na área de saúde. Portanto, os sistemas de saúde ficarão sobrecarregados para atender essa demanda maior e o Estado não se preparou para dar essa assistência necessária”, afirma. Balera ainda explica que o sistema de previdência, que estava preparado para custear um benefício de duração média de 8 a 10 anos, terá que pagar o benefício durante 20 a 25 anos. “Então podemos ver que a previdência terá um impacto extraordinário sobre o envelhecimento”, conclui.

Em seguida, o Sérgio Rangel, coordenador da Cátedra de Previdência Complementar Fechada da ANSP expôs o seu ponto de vista. “Nosso país, se for comparado a outros, pode ser considerado um ponto fora da curva, pois gasta relativamente muito do seu PIB em benefícios previdenciários e não tem uma população tão envelhecida, ou seja, 12,5% da população com mais de 65 anos geram essa taxa de dependência. Comparado a outros países, o Brasil está numa situação de comprometimento muito grande da sua previdência e nós temos uma perspectiva de que lá pelo ano de 2060 tenhamos quase 30% da nossa população com mais de 65 anos”, explica Rangel.

Ivy Cassa, apresentou seus questionamentos em torno no assunto: “Tem se falado muito sobre a previdência pública e as eventuais mudanças que vão acontecer por conta da proposta da emenda constitucional, mas o ponto é que isso vai culminar em uma demanda maior para os produtos de previdência privada e, do ponto de vista jurídico, percebemos que ainda existem diversos pontos a serem trabalhados, como, por exemplo, a questão da penhora, da tributação em caso de falecimento, da indicação de beneficiários, dentre outros”, conclui.

A abertura e a mediação ficaram a cargo da Magali Zeler, coordenadora da Cátedra de Ciência Atuarial da ANSP. O evento teve apoio da Escola Nacional de Seguros (ENS) e da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP).

**Fonte:** AIDA Brasil, em 11.06.2019.